CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DA POBREZA EM PETROLINA - PE

CONTRADICTIONS OF DEVELOPMENT AND THE PRODUCTION OF POVERTY IN PETROLINA-PE

CONTRADICCIONES DEL DESARROLLO Y LA PRODUCCIÓN DE LA POBREZA EN PETROLINA-PE

Emilly de Oliveria Martins*
emillymartins2117@gmail.com
Renata Sibéria de Oliveira**
renata.oliveira@upe.br
Ana Maria de Albuquerque**
anamaria.albuquerque@upe.br

*Universidade Federal de Sergipe
** Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina

Recebido para publicação em 29/04/2026
Aceito para publicação em 14/09/2026

Resumo:

Petrolina apresenta um intenso processo de crescimento econômico, impulsionado por sua inserção nos planos de desenvolvimento regionais, que resultaram em transformações socioespaciais. No entanto, esse desenvolvimento não resulta em melhoria de vida, mas reforça desigualdades e perpetua a pobreza como parte inerente ao sistema capitalista. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo compreender como a produção do espaço em Petrolina/PE, articulada à sua inserção na economia global, contribui para a produção e reprodução da pobreza no município. O estudo fundamenta-se no Materialismo-Histórico-Dialético, com levantamento bibliográfico e análise de dados secundários de fontes como IBGE, Cadastro Único e órgãos públicos. A análise articula teoria e empiria, buscando apreender as contradições socioespaciais. Os resultados demonstram que o crescimento econômico em Petrolina não tem sido acompanhado pela redução da pobreza, mas pela sua reprodução, expressa na precarização das condições de vida de parcela significativa da população e materializada na paisagem urbana do município.

Palavras-chave: Produção da pobreza, Políticas de desenvolvimento, Despossessão.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:
Petrolina has experienced an intense process of economic growth, driven by its integration into regional development plans, which have resulted in significant socio-spatial transformations. However, this development has not led to improved living conditions; instead, it has reinforced inequalities and perpetuated poverty as an inherent feature of the capitalist system. This research aims to understand how the production of space in Petrolina, articulated with its integration into the global economy, contributes to the production of poverty in the municipality. The study is based on a bibliographic review and the analysis of secondary data from sources such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and the Cadastro Único, and public agencies. The analysis combines theory and empirical evidence. The findings indicate that economic growth in Petrolina has not been accompanied by a reduction in poverty; rather, it has contributed to its reproduction, as reflected in the precarious living conditions experienced by a significant portion of the population and materialized in the municipality's urban landscape.

Keywords: Poverty production; Development policies; Dispossession.

Resumen:
Petrolina presenta un intenso proceso de crecimiento económico, impulsado por su inserción en los planes de desarrollo regional, que ha dado lugar a importantes transformaciones socioespaciales. Este desarrollo no se traduce en una mejora de las condiciones de vida; por el contrario, refuerza las desigualdades y perpetúa la pobreza como una característica inherente al sistema capitalista. Ante esta realidad, la presente investigación tiene como objetivo comprender cómo la producción del espacio en Petrolina, Pernambuco, articulada con su inserción en la economía global, contribuye a la producción y reproducción de la pobreza en el municipio. El estudio se basa en una revisión bibliográfica y en el análisis de datos secundarios provenientes de fuentes como el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), el Cadastro Único y organismos públicos. El análisis articula teoría y evidencia empírica. Los resultados demuestran que el crecimiento económico en Petrolina no ha estado acompañado por una reducción de la pobreza, sino por su reproducción, expresada en la precarización de las condiciones de vida de una parte significativa de la población y materializada en el paisaje urbano.

Palabras-clave: Producción de la pobreza; Políticas de desarrollo; Desposesión.

Introdução

A cidade de Petrolina em Pernambuco tem vivenciado um intenso processo de crescimento econômico, impulsionado pela integração aos planos de desenvolvimento nacionais e pela dinâmica do capitalismo global. Esse avanço se deve, em grande parte, à riqueza natural representada pelo rio São Francisco, elemento central no planejamento voltado à expansão do agronegócio, especialmente por meio da agricultura irrigada (Oliveira, 2011). Como resultado, o município tem passado por profundas transformações socioespaciais ao longo de sua história.

No entanto, apesar dos indicadores econômicos, o crescimento de Petrolina evidencia as contradições de um sistema, que, ao mesmo tempo em que gera riqueza, também produz e mantém a pobreza. A precarização das condições de vida não é um efeito colateral, mas faz parte do próprio funcionamento do modo de produção capitalista, onde a desigualdade se torna um mecanismo essencial para a sua reprodução. Dessa forma, a pobreza em Petrolina não é apenas uma consequência do modelo de desenvolvimento, mas uma condição necessária para sua continuidade.

Na busca de responder aos questionamentos iniciais, o trabalho debate acerca destes processos de produção da pobreza em Petrolina/PE no contexto das transformações socioespaciais vivenciadas no município a partir da reestruturação produtiva do capital que se espacializa nesta região com mais intensidade a partir dos anos de 1970 (Oliveira, 2011).

Nesse sentido, para uma investigação processual, faz-se necessária a análise de como o município se insere no circuito do

capital global de (re)produção do capital e as espacialidades produzidas por meio das dinâmicas sociais deste modelo econômico em suas diversas escalas de análise.

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho é norteado pelo método do Materialismo Histórico-Dialético como instrumento de análise, o qual possibilita a apreensão da totalidade das relações sociais, considerando o papel dos agentes e dos sujeitos no movimento de produção do espaço geográfico. Conforme argumenta Ruy Moreira (1982), pensar a Geografia a partir do método dialético implica compreender o espaço geográfico como produto do trabalho, buscando apreender a essência ontológica da relação sociedade-natureza para além das aparências imediatas.

Dessa forma, analisar Petrolina para além de sua aparência imediata, no que tange o fenômeno que o presente trabalho se propõe a pesquisar, implica compreender o movimento real e contraditório entre a geração da riqueza e a produção da pobreza, bem como as mediações que estruturam esse processo no município.

Os encaminhamentos metodológicos deste estudo baseiam-se no levantamento bibliográfico, que constitui o alicerce teórico-conceitual da pesquisa e subsidia a interpretação dos dados obtidos na análise documental. Nesse sentido, foram consultadas produções recentes sobre o município de Petrolina, além de trabalhos que abordam categorias como pobreza, desenvolvimento regional, acumulação por despossessão e produção do espaço. Destaca-se ainda que a leitura e interpretação dos dados foram realizadas em consonância com o referencial teórico adotado, garantindo a

articulação entre o empírico e o teórico na análise do fenômeno estudado.

O levantamento de dados secundários foi realizado a partir de bases como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Cadastro Único, os quais permitiram a análise do perfil da população em situação de pobreza no município.

Por fim, a escrita deste trabalho segue uma perspectiva processual, considerando a ordem e a inter-relação dos fatos históricos como fundamentais para a compreensão da dinâmica geopolítica.

A (Re)produção da pobreza e a reestruturação produtiva do capital em países dependentes

O debate sobre a pobreza na contemporaneidade tem se tornado cada vez mais necessário, não só para a produção do conhecimento científico, mas, sobretudo, para refletir sobre os sujeitos expostos às vulnerabilidades e sobre tais processos como condição necessária para a (re)produção do sistema capitalista. As perspectivas teóricas e metodológicas têm se revelado essenciais para compreender o caráter sistêmico e estrutural da questão social e, juntamente a isso, a leitura sobre a pobreza. E nesse sentido, os desafios de atribuir conceito e significado à pobreza encontram-se, principalmente, na complexidade de analisar a pobreza enquanto produto de um processo social, como aponta Campos ao explicar que,

> "[...] quando se diz que algo é produzido socialmente significa que não surge aleatoriamente, mas que é fruto de um processo produtivo, em que determinados meios são utilizados para atingir determinados fins, que envolve pessoas e instituições que se relacionam umas com as outras

e entre si." (Campos, 2011, p. 70).

Essa abordagem, embora crucial para a interpretação do conceito, não o esgota completamente, mas amplia as possibilidades para outras discussões. O conceito de pobreza pode ser definido de diferentes maneiras: como escassez de recursos, insuficiência alimentar, percentual de ingestão de calorias, entre outras formas. No entanto, ao analisar o modo de produção capitalista sob a perspectiva marxista, percebe-se que o avanço das forças produtivas permite a geração de um excedente de capital cada vez maior, formado pela grande massa dos trabalhadores. Esse excedente, concentrado nas mãos de poucos, é acumulado a partir da riqueza gerada pelo trabalho não remunerado, o que, paradoxalmente, resulta na produção e perpetuação da pobreza (Oliveira, 2023).

No capítulo 23 do volume 1 de O Capital, Marx trabalha a Lei Geral da Acumulação do Capital, que oferece a base conceitual essencial para compreender as causas estruturais da produção da pobreza. A relação apresentada por Marx evidencia que, sob a lógica do capitalismo, a produção da pobreza é uma condição necessária para a geração de riqueza, resultando na desigualdade de classe como uma característica inerente a esse sistema. De acordo com Marx,

> Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronta para ser explorada, independentemente dos

> limites do verdadeiro incremento da população. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão súbita do capital (Marx, 2015, livro 1, volume 2, cap. XXIII, p. 743).

Portanto, Marx argumenta que, à medida que se intensifica a produção de valor e a acumulação de capital, as condições de trabalho e a condição material de existência dos trabalhadores se deterioram, levando ao aumento do desemprego e ao crescimento do exército industrial de reserva. Esta relação desigual e contrastante revela a principal contradição do sistema de produção capitalista, já que a produção da mais-valia ocorre por meio da exploração do trabalho, enquanto a busca por lucro aprofunda as desigualdades de classe. Assim, "o processo de acumulação capitalista se realiza por meio da desumanização de grande parte da humanidade, que é condenada a viver, ou melhor, a sobreviver em condições de pobreza" (Campos, 2011, p.54).

A geografia histórica do capitalismo permite compreender como as fases de acumulação do capital se desenvolveram até a formação do sistema atual e suas especificidades. A análise escalar dos processos de constituição dos sistemas coloniais evidencia-se como pródromo da produção desigual do espaço, inicialmente marcada pela exploração das colônias em sua fase comercial, definida por Marx (2015) como acumulação primitiva do capital. Esse período histórico possibilitou a ascensão do modo de produção capitalista, que tem como base estruturante a expropriação de terras, a consolidação da propriedade privada e a apropriação de riquezas durante o período colonial, que permitiu a acumulação de capital pelas elites europeias e culminou na concentração dos meios de produção que estruturam o capitalismo.

Desta forma, identifica-se que os padrões de produção e

acumulação que se ajustam aos contextos históricos e seus processos sociais, como os que fizeram o capitalismo construir formas de acumulação baseadas no capital produtivo/industrial e, mais recentemente, na fase financeira. Essas formas, ao longo de sua história, imprimiram relações sociais desiguais no tempo e no espaço e, mesmo em meio às crises, produziram novas formas de exploração, como denominadas por David Harvey (2020) como acumulação por despossessão. Importante destacar que as mudanças de processos e fases de acumulação, são resultados das tentativas de superação das crises cíclicas estruturais da economia capitalista, ou seja, das formas de acumulação, que ao longo do tempo amplia a pobreza no mundo.

Na análise da produção desigual do espaço geográfico, Harvey (2004; 2020) discute as crises cíclicas do capitalismo global, destacando o problema da sobreacumulação, que se intensificou na década de 1970 no contexto do padrão de acumulação fordista-keynesiano-taylorista. Para garantir a reprodução desse modo de produção, o capitalismo desenvolve estratégias voltadas à superação das crises de sobreacumulação, caracterizadas pela existência simultânea de excedentes de força de trabalho (expressos no aumento do desemprego) e de capital sem oportunidades rentáveis de investimento.

Harvey (2020) identifica essas estratégias como diferimento temporal e expansão geográfica dos capitais acumulados. O diferimento temporal ocorre quando a crise econômica é adiada para o futuro por meio da criação de dívidas públicas e privadas. Enquanto a expansão geográfica envolve a abertura de novos mercados e a exploração de recursos ainda não utilizados.

O autor (2020) denomina essas práticas de ajustes espaço-

temporais, aos quais compõem a reestruturação produtiva como alternativa às crises. Sobre a realidade espacial destes processos, o autor aponta a introdução do modelo de acumulação flexível em uma fase de financeirização do capitalismo no contexto dos anos de 1970 em que o Toyotismo e o modelo neoliberal tomam forma e redefinem processos de acumulação em um processo de ajustes de estrutura do sistema capitalista e suas práticas de controle e de poder sobre países dependentes, como o Brasil, por exemplo.

Dessa forma, os meios empregados na reestruturação produtiva caracterizam-se como formas de manutenção das estruturas imperialistas e coloniais, nas quais os países de economias centrais exercem controle e domínio sobre os recursos naturais, a força de trabalho e o território.

A partir desta leitura, explica-se a relação que se estabeleceu nas economias ocidentais no pós-guerra com sua condição de capitalismo tardio e dependente. Essa análise pode ser compreendida a partir da Teoria da Dependência, que surge como uma contraposição à Teoria do Desenvolvimento, cujo objetivo era entender os obstáculos à implementação da chamada modernidade nos países da América Latina. A ideia central da Teoria do Desenvolvimento compreende o desenvolvimento como uma progressão evolutiva, na qual os países ditos desenvolvidos estariam mais evoluídos, enquanto os países considerados atrasados poderiam alcançar o estágio de evolução para desenvolvidos por meio de políticas de fortalecimento das forças produtivas por meio da industrialização. Desta forma, o conceito de subdesenvolvimento está para os países que estão em situação pré-industrial. (Duarte; Graciolli, 2015), no Brasil, esta teoria foi defendida e trabalhada por Celso Furtado.

Nesse contexto, é criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) com a proposta de estabelecer uma base institucional para viabilizar o desenvolvimento, considerado possível apenas por meio da implantação de um aparato industrial promovido pela ação do Estado financiado pelas nações e/ou organismos internacionais como o Banco Mundial, com vistas a superação da pobreza e das desigualdades (Duarte; Graciolli, 2015).

Com o passar dos anos, essa perspectiva entra em crise ao constatar que o desenvolvimento não seria alcançado nessas condições. É nesse cenário que a Teoria da Dependência emerge como uma resposta a essa realidade. Ruy Mauro Marini, um dos principais teóricos da corrente marxista da Dependência, elaborou essa teoria ao entender que as condições de desenvolvimento econômico na América Latina apresentam profundas diferenças em relação aos países de capitalismo central. Segundo Marini, a teoria marxista da dependência analisa como a América Latina se desenvolveu sob a influência do capitalismo global, numa relação desigual onde países hegemônicos controlam os mercados e exploram os recursos dos países mais pobres (Duarte; Graciolli, 2015).

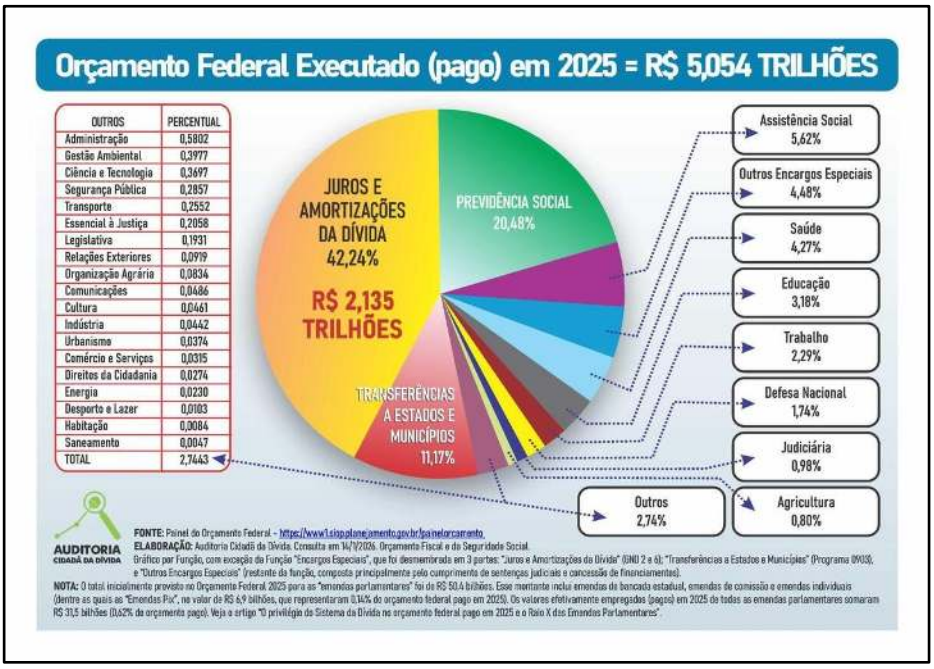
Essa relação resulta na transferência de riqueza dos países de economia tardia para os mais ricos, intensificando o problema da pobreza e do acesso a recursos essenciais às populações pelas dificuldades internas dos países de conduzir políticas eficazes e estruturais de superação das precárias condições de vida.

Os autores Duarte; Graciolli (2015), explicando ainda a Teoria da Dependência, mostra que há a existência de três condicionantes histórico-culturais da situação de dependência, o primeiro refere-se à queda nos preços dos produtos que os países periféricos exportam (produtos primários de baixo valor), em

comparação com os produtos industrializados que importam dos países ricos. O segundo é o envio de lucros para os países ricos, através de juros, dividendos e outros pagamentos, pela lógica do endividamento. O terceiro é a instabilidade dos mercados financeiros, que aumentam as taxas de juros para os países dependentes, deixando-os vulneráveis às flutuações da economia global.

Essas condições se manifestam por meio da entrada de investimentos e financiamentos destinados a projetos de desenvolvimento, os quais resultam em endividamentos supervisionados por organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O Gráfico abaixo, elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida, demonstra as dificuldades de investimentos sociais do Brasil diante das altas quantias destinadas ao pagamento de juros.

Figura 1 - Gráfico do Orçamento Federal Executado Pago em 2025.



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida (2026).

Como demonstra a Figura 1, 42,24% do orçamento federal executado pago em 2025 foi destinado a juros e amortizações da dívida, o que impacta o percentual destinado aos demais setores.

Esta relação desigual e hierarquizada do poder, baseada na exploração, saque e apropriações indevidas, é definida por Harvey (2020) como Acumulação por Despossessão, representada por uma continuidade da acumulação primitiva capitalista, mas com características específicas do contexto das novas formas de domínio sobre o espaço em tempos de neoliberalismo e ajustes espaço-temporais. Estas teses tornam-se fundamentais na compreensão da questão da pobreza porque permitem compreender a escalaridade dos processos de apropriação da riqueza e as consequências sentidas na escala dos municípios brasileiros, e no caso do presente trabalho, em Petrolina.

Portanto, o capitalismo encontra na financeirização uma saída para a crise de sobreacumulação, por meio da articulação entre o capital industrial e o capital bancário, que possibilita a expansão geográfica necessária à reprodução ampliada do capital. Esse processo pode ser observado, por exemplo, na dinâmica da dívida pública, explicitada na Figura 01, e no financiamento de infraestruturas em países dependentes.

Na década de 1990, o Brasil e os demais países da América do Sul e Caribe, passavam por um processo de mudança de paradigma econômico estrutural, orientado pelos países do capitalismo central e direcionado por estas instituições como forma de cumprimento da execução das dívidas públicas. Assim, o neoliberalismo torna-se o receituário que toma forma com o Consenso de Washington e encaminha as estruturas produtivas e o papel do Estado. A análise estrutural da pobreza é camuflada em concepções

superficiais com direcionamentos meritocráticos e ações individualizadas que, em longo prazo, ampliam as formas de dependência, como explica Siqueira (2013).

Entre esses discursos, o mais problemático é a perspectiva de que a pobreza resulta de decisões individuais, ou seja, responsabilizar o indivíduo pela superação de sua condição. A partir desse argumento, a culpa e a responsabilidade são atribuídas ao indivíduo, e a responsabilidade social estatal é reduzida em detrimento de uma atuação para o mercado. Surge, assim, o discurso perpetuador da gestão da pobreza por meio da meritocracia, e da fragmentação do conceito ao multifacetar os tipos de pobreza com formas distintas de superação. À medida que o neoliberalismo em tempos de financeirização e a geração de ideologia se consolidam como características desta fase atual de acumulação, elas não apenas redefinem as relações de poder e capital, mas também produzem um tipo específico de políticas públicas nos países periféricos (Oliveira, 2023).

O discurso que promove o desenvolvimento impulsionado pelos interesses do mercado afeta diretamente a população pobre ao minimizar direitos às políticas focais. Campos (2011) ao abordar o conceito de focopolíticas, define que os governos preocupados com o mínimo para a sobrevivência, conduz benefícios aos pobres, ao passo que diminui os direitos sociais.

No Brasil, as políticas focais são consideradas políticas compensatórias, frequentemente associadas ao discurso de desenvolvimento humano. Nesse contexto, é estabelecido o que constitui uma necessidade básica, com a expectativa de que o indivíduo, por sua própria responsabilidade, busque o "além do necessário" e desenvolva o seu crescimento e ascensão de classe. No

entanto, essas necessidades são definidas pelo Banco Mundial, que adota uma visão biologizante da pobreza, limitando-a à quantidade mínima de calorias necessárias para a sobrevivência física (Campos, 2011, p. 62).

A produção das desigualdades socioespaciais no Vale do Submédio São Francisco: uma análise de Petrolina

Os estudos sobre as dinâmicas socioespaciais de Petrolina, demonstram que a partir da década de 1970, o município experimentou um significativo crescimento populacional, resultado de políticas territoriais, as quais foram tratadas no item anterior, demonstrando serem investimentos externos para expansão de capitais acumulados e produção de novos espaços para geração de lucro. A escolha feita pelo governo federal pela 'modernização' do campo no vale do submédio São Francisco como um local estratégico para implementação de políticas de desenvolvimento econômico propostas, aparece nos Plano Nacional de Desenvolvimento - PND I e II, implementados pelos governos militares da época em consonância com as orientações do Banco Mundial. Como explica Oliveira (2011):

> É a partir desse direcionamento que a região Nordeste é inserida no circuito de circulação do capital mundial. As políticas de desenvolvimento para essa região são marcadas pela forte presença de capital estrangeiro a partir da abertura para grandes grupos empresariais atuarem na exploração do potencial da região. Desse modo, o campo segue o mesmo ritmo e passa a receber as agroindústrias que operaram a monopolização do território sobre a base produtiva nos espaços agrários nordestinos. (Oliveira, 2011, p. 49)

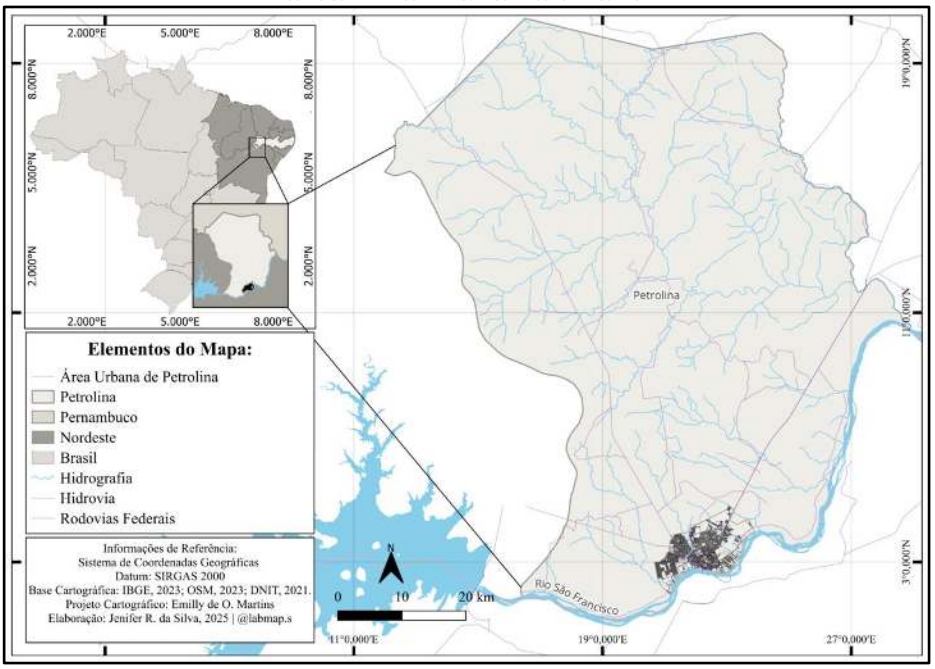
O Vale do São Francisco, incluindo Petrolina, foi escolhido para projetos estratégicos de irrigação financiados pelo Banco

Mundial/FMI, com o objetivo de modernizar a agricultura regional em um primeiro momento e promover a exportação de produtos agrícolas posteriormente. As orientações dessa instituição consistiam na defesa da modernização agrícola, baseada nas teses do desenvolvimento com foco na integração ao mercado global e na transformação da economia brasileira em um modelo agroexportador. Essas estratégias de financiamento refletiam o interesse em inserir o Brasil na economia global e consolidá-lo dentro da divisão internacional do trabalho, posicionando o país como fornecedor de *commodities* agrícolas (Oliveira, 2011).

O município de Petrolina, conforme demonstrado no mapa 1, está localizado na região semiárida do Nordeste brasileiro, na margem direita do rio São Francisco, na margem esquerda encontra-se Juazeiro da Bahia, municípios que compõem a RIDE[1].

[1] Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/ BA foi instituída pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002 (IPEA, 2017).

Mapa 1- Localização Geográfica do município de Petrolina/PE e área urbanizada da cidade



Fonte: Silva (2025).

A potencialidade hídrica desta área, como demonstrada no mapa 1, foi considerada dentro dos PNDs como características importantes para estimular a produção agrícola em um contexto em que externamente os organismos internacionais orientavam os países dependentes a adotarem as orientações do pacote da Revolução Verde[2] como modelo para superar a fome e pobreza no mundo.

O Banco Mundial destinou grandes investimentos financeiros, pautados pela lógica da gestão de dívida, assim como pelo apoio técnico e estratégico, em consonância com a agenda desta instituição. Isso se deu, em grande parte, devido à abertura do

[2]Iniciada nos anos 60, foi um esforço global para modernizar a agricultura, com a proposta de "enfrentar a fome no mundo", promovendo o uso de pacotes tecnológicos com o objetivo de aumentar a produção agrícola (MATOS, 2010).

mercado brasileiro ao cenário internacional após o golpe de 1964, que ao flexibilizar as fronteiras econômicas, permitiu que o Banco Mundial tivesse influência direta nas políticas de desenvolvimento regional.

O "apoio" técnico-científico e financeiro do Banco Mundial/FMI nos planos de desenvolvimento no Brasil, especialmente no campo agrícola e agroexportador, reflete os processos que Harvey (2020) denomina de ajustes institucionais e ajustes espaço-temporais. Esses ajustes envolvem a condução estratégica dos planejamentos por meio dessa instituição financeira, moldando as políticas locais para se alinhar às demandas do mercado global. Pereira (2010) afirma que,

> [...] depois do segundo choque do preço do petróleo e do aumento brusco da taxa de juro norte-americana, ambos em 1979, o Banco Mundial passou a concentrar ainda mais a sua carteira de empréstimos em modalidades que permitissem desembolsos elevados, apoiassem diretamente o balanço de pagamentos e servissem à obtenção de divisas que possibilitassem a rolagem dos débitos e a manutenção da espiral de endividamento. Nessa direção, as somas emprestadas pelo Banco dobraram entre os anos fiscais de 1978 e 1981, concentrando-se em alguns clientes preferenciais (como México, Brasil, Argentina, Índia, Paquistão, Indonésia e Turquia), todos altamente endividados. (Pereira, 2010, p. 271).

No contexto territorial, isso se manifesta na expansão geográfica dos capitais para sua reprodução ampliada, tanto por meio do capital fixo, visível nas infraestruturas implantadas para a irrigação e logística de exportação, quanto do capital fictício, que se expressa pelo crescente endividamento atrelado ao financiamento internacional, no conjunto de todos os empréstimos cedidos ao país

pelo FMI. Essa dinâmica expõe a lógica da acumulação por despossessão, evidenciando como a produção do espaço materializa o controle territorial e a integração dependente ao mercado global.

As transformações socioespaciais em Petrolina são resultado direto das ações apresentadas anteriormente. A implantação dos perímetros irrigados surgiu como resultado das políticas do governo militar que atuava em consonância com os objetivos dos Estados Unidos para a América Latina. O objetivo era ocupar áreas consideradas secas do Nordeste e utilizar a irrigação como uma solução para o atendimento à produção de alimentos e dinamização da economia. Em 1968, deu-se início à instalação de projetos de irrigação e, em parceria com o governo federal, foi direcionada para Petrolina uma regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que, originalmente vinculada ao Ministério do Interior, realizou em anos posteriores a expansão deste modelo de produção no campo, analisado por muitos autores como a modernização conservadora[3] e expansão do capitalismo no campo (Neto, 1997; Martins, 1997; Lisboa, 2007; Oliveira, 2004).

Essa expansão se reflete no aumento das áreas irrigadas, com a instalação de mais dois perímetros irrigados nos últimos quinze anos, como pode ser observado no quadro 1 abaixo:

[3] A modernização conservadora descreve um processo de transformação socioeconômica em que, apesar da introdução de inovações tecnológicas, as estruturas de poder tradicionais permanecem intactas (Pires; Ramos, 2009).

Quadro 1 - Distribuição dos perímetros irrigados do polo Petrolina-Juazeiro.

Projeto de Irrigação	Localização	Início de Funcionamento	Área Irrigável total
Bebedouro	Petrolina/PE	1968	2.289 hectares
Mandacaru	Juazeiro/BA	1971	445 hectares
Tourão	Juazeiro/BA	1979	14.260 hectares
Maniçoba	Juazeiro/BA	1980	4.826 hectares
Curaçá	Juazeiro-BA	1980	4.343 hectares
Nilo Coelho	Petrolina/PE	1984	18.667 hectares
Salitre - Etapa 1	Juazeiro/BA	2010	5.081 hectares
Pontal Sul	Petrolina/PE	2020	3.515 hectares

Fonte: CODEVASF (2025).

Esses processos destacam as transformações espaciais que o município e a região vivenciaram desde então, impulsionadas por investimentos estatais, alinhados à lógica que define uma nova fase de acumulação de capital com a interconexão entre o capital nacional e a expansão geográfica dos capitais em crise nos países centrais (Harvey, 2020). As determinações das formas de investimentos destes capitais e mais tarde com a intensa orientação de adoção das políticas neoliberais, observa-se transformações intensas nas relações sociais e de produção desta região.

A espacialidade da pobreza em Petrolina-PE

O cenário de novas dinâmicas na região também tem contribuído para o expressivo crescimento populacional de Petrolina, fruto da atração de mão de obra e do dinamismo econômico em escala

regional. São processos que vêm atraindo investimentos crescentes no comércio e na prestação de serviços nos últimos anos a partir de novas formas de reprodução do capital.

Portanto, a expansão da produção no campo, não apenas modificou o campo, mas também resultou em uma intensa expansão demográfica nos últimos anos. A tabela 1 expõe o crescimento da população rural e urbana no município:

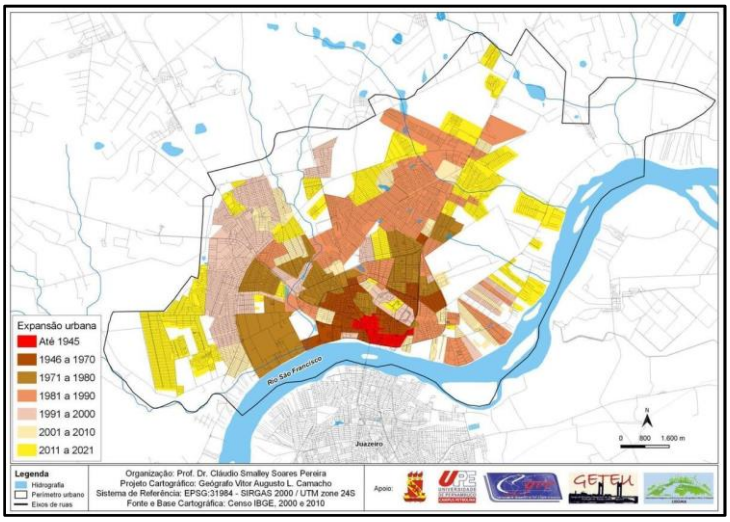
Tabela 1: Crescimento demográfico em Petrolina/PE

Ano	1991	2000	2010	2022
Rural	38.162	52.259	74.747	37.314
Urbana	124.240	166.279	219.215	349.477

Fonte: IpeaData (2026), Elaborada pelos autores (2026)

Como pode ser observado na Tabela 1, houve um crescimento mais acentuado da população urbana, enquanto a população rural apresentou decréscimo a partir de 2010, como mostra também o Mapa.

Mapa 2: Expansão urbana de Petrolina no período de 1945-2021



Fonte: Pereira (2022).

Essa expansão demográfica é resultado da produção do espaço orientada pela lógica de atração de trabalhadores, inicialmente para o campo e, posteriormente, para a zona urbana. O Mapa 2 revela como se deu o processo de expansão urbana no município a partir de 1945. E, a partir de 1971, essa expansão aumentou consideravelmente e, no período entre 1981 e 2021, o crescimento foi ainda mais expressivo.

Em 2022, segundo o IBGE o município de Petrolina registrou uma população de 386.791 habitantes e estimativa para 2024 de 414.083 (IBGE, 2024), posicionando-se como a terceira cidade com maior população do estado de Pernambuco e IDH médio de 0,697. Com um PIB per capita de R$22.244,46, Petrolina destaca-se como a cidade com a maior renda per capita da região imediata e exerce uma influência significativa na economia local e regional pela sua dinâmica na oferta de serviços em comparação aos demais municípios.

A potencialidade de Petrolina no contexto regional, enquanto polo de crescimento econômico, contrasta com os dados do IBGE (2022), que revelam uma realidade preocupante: apenas 23,31% da população estava ocupada.

Apesar das políticas de desenvolvimento para o Nordeste, e sobretudo do contexto político e econômico de Petrolina contribuírem para o crescimento da produção e para a expansão urbana e demográfica, isso não resultou em melhoria das condições de vida da população. O Censo de 2010 registrou um índice de Gini no município de 0,62 (IPEAData, 2022).

Segundo os dados do Cadastro Único, Petrolina, em 2026, registrou 235.967 pessoas cadastradas, sendo 127.946 beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) (Vis Data, 2026). O Cadastro

Único é uma tecnologia social federal que tem como objetivo cadastrar famílias de baixa renda para que possam acessar políticas públicas e programas sociais, como o PBF. A condição para o cadastramento da família é atender ao critério de renda nominal mensal per capita, não podendo a renda familiar total ultrapassar três salários-mínimos (Brasil, 2026).

Portanto, a geração de riqueza da região não resultou em melhoria das condições de vida da população, ao contrário, produz e reproduz a pobreza à medida que mantém as estruturas que a condicionam. A Tabela 2 demonstra a quantidade de pessoas em condição de pobreza em termos absolutos, que apesar de serem insuficientes para demonstrar a realidade social de toda a população, revelam o perfil demográfico de Petrolina nos últimos quatro anos, segundo dados do Cadastro Único.

Tabela 2: Quantidade de pessoas por condições de vida em Petrolina/PE

Ano	Pobreza	Até ½ Salário Mínimo	Acima do ½ Salário Mínimo
2026	115.670	180.416	55.551
2025	116.289	176.675	58.541
2024	16.027	175.424	52.897
2023	124.505	186.032	52.400

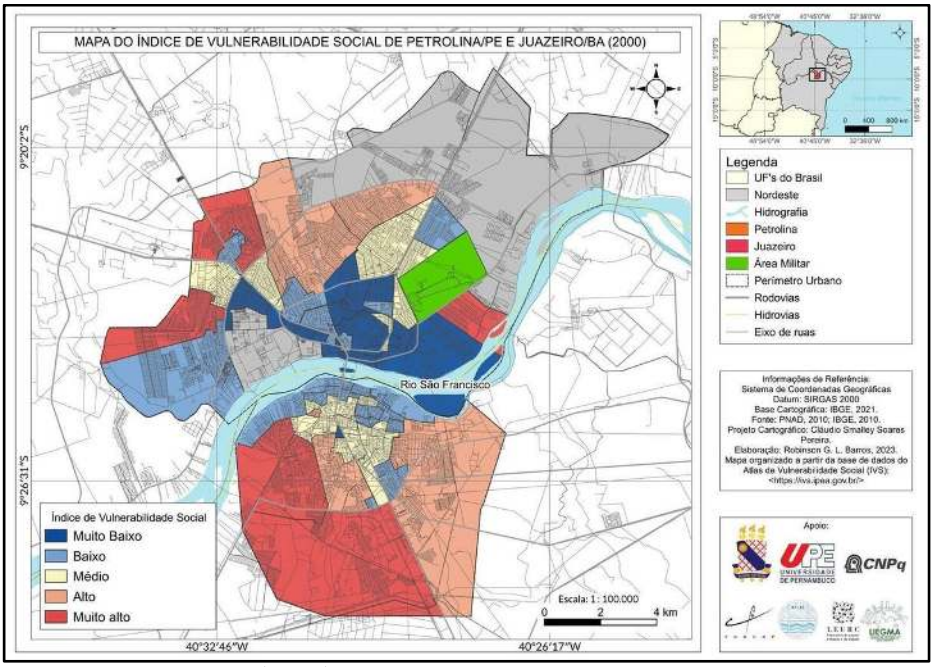
Fonte: Visdata (2026); Elaborado pelos autores (2026).

A faixa de renda que delimita pobreza nos dados do cadastro único são as pessoas que "ingressaram na faixa de renda familiar mensal por pessoa de até R$ 218 e, ao longo de 24 meses, não ultrapassou o limite de meio salário-mínimo por mais de 2 trimestres consecutivos" (Brasil, 2025). Ou seja, dando destaque ao ano de 2026,

115.670 pessoas em Petrolina, estão sobrevivendo em situação de pobreza.

Neste mesmo sentido, o mapa 3 a seguir mostra a espacialidade da pobreza em Petrolina e Juazeiro ao trazer a diferenciação por condição de vida, pode-se observar que em Petrolina, parte da população em situação de vulnerabilidade reside nos bairros mais afastados do centro, onde as condições de vida são mais precárias.

Mapa 3: Diferenciação socioespacial por condição de vida nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA



Fonte: Pereira, *et al* (2026).

Essa realidade, exposta no Mapa 3, revela a desigualdade socioespacial produzida nos municípios, na qual a população em maior situação de vulnerabilidade reside em áreas mais afastadas da orla, ou seja, do centro da cidade, onde se concentram os principais serviços.

Portanto, como aponta Carlos (2004), o predomínio do valor de troca sobre as cidades manifesta-se nas práticas socioespaciais de produção do espaço urbano, em que os interesses privados dos grupos capitalistas entram em contradição com a reprodução da vida cotidiana. Nesse processo, os serviços essenciais à reprodução da vida urbana são concentrados nas áreas mais valorizadas, ao passo que os bairros periféricos são negligenciados, em consonância com as demandas da reprodução do capital.

Essa realidade, além de expressa em dados, está materializada na paisagem e podem ser observadas na realidade socioespacial da cidade confirmando o que os autores e o método aqui trabalhados, respondem em suas análises. As condições de vida desta população em situação de pobreza reafirmam qual o papel desta região e especificamente desta cidade na produção e concentração de capital.

Em Petrolina, a situação de pobreza expõe de forma clara essa desigualdade. Como apontado por uma matéria do portal G1 (2022) que revela, como o modo de produção capitalista, ao passo que busca o crescimento econômico, ignora as necessidades básicas da população, aprofundando as desigualdades sociais.

Figura 2: Matéria do Portal G1.


Famílias no Sertão de PE convivem com a fome: 'nem ovo tem'

Moradores de ocupações na periferia de Petrolina enfrentam a incerteza sobre quando e o que vão comer.

Por Emerson Rocha, g1 Petrolina

25/07/2022 04h00 · Atualizado há 3 anos

Fonte: Portal G1, 2022.

Os moradores entrevistados pelo portal relatam suas condições de vida desnudando os sentidos do chamado crescimento econômico do município:

> Na sexta-feira, 22 de julho, a família contou com a cesta básica entregue durante uma ação social na comunidade. De manhã, as duas crianças e os três adultos tomaram café preto e comeram cuscuz. De tarde "almoçamos um arroz e macarrão", diz Alane, que completa: "nem ovo tem". A refeição da noite, segundo a dona de casa, é uma incógnita. "Às vezes tem, às vezes não". Na família de Alane, os três adultos estão desempregados. Ela recebe o Auxílio Brasil. As refeições, segundo a dona de casa, não são feitas no fogão. "Eu cozinho de lenha, porque o gás está caro e não tenho condições de comprar" (Portal G1, 2022)

Embora a reportagem e o relato evidenciem as condições de precarização em Petrolina, a realidade da cidade também é materializada na paisagem urbana. As imagens de ocupações que se estendem pelos bairros de Petrolina, contrastam com o crescimento econômico e revelam a face da desigualdade socioespacial, como mostram as imagens a seguir:

Figura 3: Ocupação Vila da Fé - bairro João de Deus em Petrolina-PE



Fonte: Barros; Santos; Oliveira, 2025.

A ocupação registrada na Figura 3 está localizada na zona urbana de Petrolina, no bairro João de Deus, situado na área periférica da cidade, e evidencia as condições de vulnerabilidade da população residente. Os estudos desenvolvidos na cidade de Petrolina pelo Laboratório Integrado de Estudos em Geografia e Meio Ambiente - LIEGMA, do qual estas pesquisadoras fazem parte, mapearam as áreas de ocupações urbanas presentes no município e identificaram 13 ocupações, conforme quadro abaixo.

Quadro 2: Ocupações urbanas em Petrolina - PE

Ocupações	Localização
1. Ocupação Vila Cajuína	Loteamento Recife
2. Ocupação Vila da Fé	Nova Vida I
3. Ocupação Vila Dilma	Vila Marcela
4. Ocupação Vila da Paz	João de Deus
5. Ocupação Pedra Linda	Pedra Linda
6. Ocupação Pomares	Residencial Pomares
7. Ocupação Coração de Miguel	Novo Tempo V
8. Ocupação Luiz Inácio	Vila Marcela
9. Ocupação Bebedouro	Bebedouro
10. Ocupação Vila Cortiço	Vila Vitória
11. Ocupação Salinas	Pedro Raimundo/ Ouro Preto
12. Ocupação Vila Santa Helena	Vila Marcela
13. Ocupação Vila Santa Isabel	Nova Descoberta

Fonte: Barros; Santos; Oliveira, (2025). Adaptado pelos autores (2026).

Para um município com cerca de quatrocentos mil habitantes, considera-se a quantidade de ocupações elevada. A riqueza gerada pela agricultura irrigada e outros setores, impulsionada pelo modelo de desenvolvimento, coexiste com a pobreza persistente. Enquanto o agronegócio prospera, grande parte da população enfrenta dificuldades para acessar serviços básicos da existência.

Nesta perspectiva, é clara a relação de apropriação de riquezas nesta região. A forma como o capitalismo se desenvolve em países de economia dependente e faz desses espaços suas possibilidades de geração de lucro para reprodução ampliada do capital e concentração destes capitais nos países onde se desenvolvem os sistemas de domínio e controle. A dependência, não se trata apenas de necessidades de importações e/ou outros produtos, mas, sobretudo, da forma como se conduz o funcionamento do sistema para que não haja possibilidade de mudança na estrutura social, política e econômica dos países cujo domínio se faz historicamente desde os processos de colonização.

É a contínua acumulação primitiva, exposta por Harvey (2020), que tem feito inclusive dos países dependentes como o Brasil, retomar o processo de reprimarização da economia. O retorno à busca pela segurança da balança comercial voltada apenas para produção de *commodities* que impede que outros setores se desenvolvam e mais duramente que a própria população seja alimentada, como ocorre com os moradores das ocupações.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo compreender a dinâmica escalar da produção da pobreza em Petrolina/PE no contexto do circuito do capital global, após a reestruturação produtiva do capital que toma forma nestes espaços e altera de maneira profunda as relações socioespaciais. Fundamentado na geografia crítica marxista, investiga como essa relação de produção reforça um sistema produtor e concentrador de riqueza a partir da análise da relação entre o Estado e as instituições hegemônicas que direcionam o planejamento econômico na escala da cidade.

O papel estratégico do Vale do São Francisco e consequentemente de Petrolina no processo de reprodução e acumulação ampliada do capital, cuja concentração ocorre nos países de economia central, é significativo para o desenvolvimento das forças capitalistas. Assim, identificou-se que Petrolina é um produto desse processo geopolítico mais amplo, exigindo uma análise que vá além da escala local.

Dessa forma, a leitura geográfica em diferentes escalas permitiu evidenciar o funcionamento das estruturas de acumulação de riqueza e de produção da pobreza sob uma perspectiva de totalidade. Verifica-se que, embora o município apresente elevada produtividade agrícola voltada à exportação, em contradição, não consegue atender minimamente às necessidades de sua população, que se encontra em significativa proporção em condições de pobreza, expressas tanto na baixa renda média quanto na vulnerabilidade das condições de moradia.

Considerando a materialidade das relações de poder e de controle do espaço, a cidade insere-se na economia global de maneira

subordinada, deixando vestígios dessas relações na própria paisagem bem como, na análise das condições de vida da classe que vive do trabalho. Ou seja, essas contradições tornam-se evidentes tanto em dados quantitativos quanto na espacialidade da precarização da vida da classe trabalhadora impossibilitada de usufruir do produto de seu trabalho.

Desta maneira, este estudo contribui para compreender as contradições em municípios como Petrolina, que integram o planejamento estratégico de crescimento econômico e que, por outro lado, evidencia-se que esse desenvolvimento não se traduz em melhorias na qualidade de vida daqueles que não detêm os meios de produção. Pelo contrário, intensifica a desigualdade e perpetua a produção e administração da pobreza.

Referências

BARROS, Maria Josileide de Sousa; SANTOS, Gustavo Yuri Dias dos; OLIVEIRA, Renata Sibéria de. *A produção da pobreza e da segregação socioespacial: análise e mapeamento das ocupações urbanas em Petrolina-PE*. In: Anais do Simpósio Internacional sobre Juventudes e Educação e Semana de Ciências Sociais/UNIVASF, Juazeiro, BA, 2025. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sinjuve-semanaciso-univasf-554279/1178729-A-PRODUCAO-DA-POBREZA-E-DA-SEGREGACAO-SOCIOESPACIAL---ANALISE-E-MAPEAMENTO-DAS-OCUPACOES-URBANAS-EM-PETROLINA---. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Informe Cadastro Único n. 59*. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br. Acesso em: 8 maio 2026.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*. São Paulo: CLACSO, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

DUARTE, Pedro Evangelista; GRACIOLLI, Edilson. *A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina*. 2011.

FATTORELLI, Maria Lucia. *Artigo no Extraclasse defende veracidade do gráfico da ACD*. Auditoria Cidadã da Dívida, 29 jan. 2024. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-no-extraclasse-defende-veracidade-do-grafico-da-acd/. Acesso em: 6 fev. 2025.

G1. *Famílias no Sertão de PE convivem com a fome: "A falta de comida dói muito"*. 25 jul. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com. Acesso em: 10 fev. 2025.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *Os sentidos do mundo: textos essenciais*. São Paulo: Boitempo, 2020.

IBGE. *Petrolina: panorama*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama. Acesso em: ago. 2024.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 2. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MATOS, A. K. V. *Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas*. Cadernos da FUCAMP, v. 10, n. 12, 2010.

MOREIRA, Ruy. *A geografia serve para desvendar máscaras sociais*. In: Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *A ação do Estado: políticas agrícolas e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

NETTO, José Paulo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia agrária: perspectiva no início do século XXI*. In: O campo no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. *A centralidade da pobreza na trama do capital financeiro*. São Cristóvão: UFS, 2018. Tese (Doutorado em Geografia).

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. *O debate teórico-conceitual da pobreza sob a ótica do (neo)liberalismo*. Revista GeoNordeste, v. 34, n. 2, 2023.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. *Entre o Estado, o mercado e a reprodução social* - organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro. São Cristóvão: UFS, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia).

PEREIRA, C.S.S. *Atlas das dinâmicas sociais e ambientais de Petrolina-PE e Juazeiro-BA*. Edital universal, CNPq, 2022.

PEREIRA, C.S.S; OLIVEIRA, E. S; PEREIRA, S. C; ALBUQUERQUE, A. M; LYRA, L. H. B; VALEZIO, E. V.; PROENÇA, A. L.; CALDEIRA, M. S.; BARROS, R. G. L. *Atlas das dinâmicas sociais e ambientais de Petrolina/PE e Juazeiro/BA*. Fortaleza: EdUECE (no prelo), 2026.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza"*. Topoi, v. 11, n. 21, 2010.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, Pedro. *O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 3, 2009.

PNUD; IPEA; FJP. *Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras: Ride Petrolina-Juazeiro*. Brasília, 2017.

SANTOS, Josefa de Lisboa. *A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste*. Aracaju: UFS, 2007. Tese (Doutorado em Geografia).

SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Cleide Selma de et al. *Legislação urbana e o direito à cidade*. Revista Verde, Petrolina, v. 1, n. 6, p. 322-344, 2024.